

O dilema do dinheiro e os Parkatêjê

Relatório de viagem à AI Mãe Maria - 23 a 29 junho/93
Iara Ferraz - antropóloga / assessora Programa Parkatêjê

X A permanência na aldeia neste período, quando os Parkatêjê encontram-se num intervalo entre os ciclos cerimoniais anuais, permitiu-nos verificar que os desdobramentos das relações monetárias (fortalecidas na história recente) são, de um modo geral, insatisfatórios para a comunidade.

A própria ampliação da operação do sistema monetário traz consigo inquietações e problemas internos à comunidade, onde o desafio está na distribuição de recursos financeiros e bens sem, no entanto, gerar processos de acumulação individual - estes sim, estranhos ao sistema de organização social tradicional, baseado na troca ampla, na reciprocidade, na solidariedade e nos laços de parentesco. Não raras vezes, estas questões refletem-se de modo particularmente agudo sobre o faccionalismo político, característico entre os Jê-Timbira, como os Parkatejê.

v. adiante X Essas dificuldades estão relacionadas sobretudo à pressão do consumo (através dos próprios comerciantes, dos meios de comunicação, etc.) e à operação interna de um sistema de distribuição de bens industrializados, que seja compatível com critérios próprios, baseados na divisão por categorias de idade e prestígio (além de grupos de origem) vigentes no interior da sociedade parkatêjê. Além disso, as relações com os regionais "agregados" é outra questão significativa nesta conjuntura e que diz respeito diretamente à redistribuição.

→ Hoje, muitos Parkatêjê vivenciam de modo coletivo (e também individualizante) uma situação extremamente paradoxal: a existência de uma conta bancária (poupança), oriunda do acordo indenizatório de 1982 (e as incertezas face à conjuntura atual) e, ao mesmo tempo, o fato de "NAO terem dinheiro" (os recursos relativamente disponíveis através do Convênio). Além do esforço de tentar compreender (?) o sistema de controle burocrático da CVRD sobre estes recursos, a comunidade convive, historicamente, com as "promessas não cumpridas" (como "no tempo do SPI", como disse Krohokrenhum, na reunião de 24 último; na aldeia). Em linhas gerais, este é um retrato da situação atual que está gerando grande insatisfação entre o grupo.

X A continuidade histórica observada pelo chefe parkatejê - desde os primeiros contatos ("o tempo do SPI") até agora - está exatamente na não-realização daquilo que, verbalmente, tinha sido acordado. No caso, Krohokrenhum referia-se não só à reunião de janeiro último, mas a um "modo kupê" de NÃO FAZER (para o que contribuem, por exemplo, os sucessivos

W.

fracassos nas obras empreendidas na aldeia, nas suas várias etapas, convênios, projetos, etc.).

X
→ A lógica da acumulação capitalista contrapõe-se essencialmente àquela operante entre os Parkatêjê, centrada na fartura, abundância e generosidade que fundamentam a troca ampla. Assim como para algumas poucas sociedades indígenas contemporâneas que, compulsoriamente, viram-se envolvidas com grandes somas de recursos monetários, seus membros tendem a concebê-los como os itens da cultura material: encontráveis em abundância na natureza e permanentemente passíveis de reposição. Isto, ao lado da diferenciação interna que começa a surgir, trazendo consigo inúmeros e previsíveis problemas, como decorrência da própria operação de um sistema econômico monetário e da pressão da lógica da acumulação individual.

X
Por outro lado, é a mesma "riqueza" (ou a sua representação) que produz fenômenos como a "agregação" de famílias de regionais (kupê) no interior da área indígena (caso que ocorre atualmente no km 25), que pode caracterizar uma espécie de "invasão consentida". Enquanto os limites da área são estreitamente vigiados (pois, na região, a faixa ao longo da ferrovia, no interior da área indígena é considerada "terra da Vale", tornando-a vulnerável a ainda ocupações indesejadas), as relações muitas vezes de trabalho com regionais ("conhecidos" e, não raras vezes, também oportunistas) podem escapar ao controle coletivo interno.

"cativeiro"
Como já ocorreu em outras ocasiões, famílias inteiras de regionais são "adotadas" por longos períodos para, posteriormente, serem afastadas, dependendo do interesse da comunidade e, principalmente, do modo como são apropriados os frutos dessas relações. Em geral, trabalham para a comunidade no plantio de roçados, ampliando relativamente a área cultivada no interior da reserva (assim como o consumo de bens industrializados durante o período).

Arrenda
A produção de arroz neste ano foi de cerca de 500 sacas em 3 alqueires (cultivados pela comunidade) e outras 70 em 0,5 alqueire (do grupo agregado no km 25). A comunidade tem intenção de ampliar ainda mais as suas áreas de cultivo (que começam a ser preparadas em julho). No entanto, o emprego de mão-de-obra regional para a realização dessas tarefas poderá vir a ser problemático se sua forma de arregimentação e controle estiver submetida a um único indivíduo (que se caracteriza como "patrão") e não a toda a comunidade - determinando a forma de apropriação final da produção. A solução para este impasse virá com a capacidade de os membros da comunidade utilizarem os seus próprios mecanismos para discutir conjuntamente a questão.

A "cantina" funciona como o termômetro da generosidade e da legitimidade da distribuição atribuídas ao velho chefe

Krohokrenhum. Locus privilegiado, passam por ali todas as relações (parentesco, amizade formal, alianças políticas, etc.) nas quais se baseia a distribuição. As relações de afinidade (entre sogros e genros ou entre cunhados) são, por sua vez, marcadas pelo débito e, por isso, sujeitas a controle coletivo (e críticas) no interior da sociedade parkatejê.

O "aumento do consumo" de bens industrializados (de acordo com a ótica da CVRD) está ligado, por um lado, à própria abundância de recursos e, por outro, a períodos de intensas atividades agrícolas (colheita de milho, arroz e amendoim) combinadas, por sua vez, com os ciclos cerimoniais de longa duração (os rituais, as corridas com toras, os jogos de flechas, etc.) que, de acordo com a ótica parkatejê, são dinâmicas essenciais para a reprodução daquela sociedade.

X E importante observar com atenção o calendário das atividades da comunidade voltadas para a agricultura, mescladas aos ciclos cerimoniais e a troca de bens simbólicos. Em julho, após a colheita do amendoim (realizada só pelas mulheres), os homens maduros iniciam o preparo das roças (broca, acompanhada de derrubada a cada três anos, ou simplesmente limpeza, dependendo da situação do terreno escolhido). Em setembro/outubro, dá-se a queimada e, em novembro, o plantio de milho, arroz, mandioca e amendoim (em roças separadas). O plantio de bananas também deve ocorrer neste período (tradicionalmente, dispõem de inúmeras variedades, cujo abandono do cultivo vem se verificando). As mulheres ocupam-se das roças de tubérculos (batatas, inhames e "kupá"), de ciclos curtos e destinadas ao abastecimento imediato.

A estação das chuvas, que se segue, é particularmente propícia à coleta (cupuaçu, bacaca, castanha) e à caça, atividades que estão na base da subsistência parkatejê. A colheita do milho (fevereiro) inaugura o ciclo cerimonial da estação chuvosa (com vários rituais), que se estende até o início da estação seca quando, após um curto período de latência (intervalo), retomam um novo ciclo de rituais. O arroz é colhido em abril e a mandioca, cujo consumo é amplo (massa para iguarias tradicionais e farinha) e por ter um ciclo de aproximadamente dois anos, é cultivada em rodízio em locais distintos, de modo a suprir o abastecimento.

X Com a relativa introdução de paradigmas do comportamento ocidental deteriorado (como o consumo), muitos dos valores tradicionais parkatejê estão sendo experimentados e questionados por gerações diferenciadas. As divisões e oposições complementares tradicionais entre "Trinta" X Maranhão", "solteiros" X "casados", homens X mulheres, "Håk" (gavião) e "Pân" (arara), etc. estão se sobrepondo novas categorias: os que acumulam (ter conta bancária individual começa a se tornar aspiração) e os que não acumulam,

sobretudo porque não têm acesso à gestão direta dos recursos.

Para tentar solucionar algumas dessas questões, está sendo estudada a formalização de uma Associação Indígena (pessoa jurídica com registro em cartório) com um "conselho fiscal", permitindo distribuir mais amplamente também as responsabilidades no acompanhamento de todas as transações monetárias em nome da comunidade (e não apenas um ou dois representantes, como ocorre atualmente).

Verifica-se assim, por um lado, a abertura deliberada das relações para com o mundo "kupa", através do quase arrendamento de áreas de trabalho, jogos de futebol com equipes das redondezas ou ainda forró, festa junina, bumba-meu-boi, etc. o que permite um certo "diálogo" tanto para fora como para com as novas gerações. Por sua vez, estas "concessões" (no entender dos mais velhos) têm seus períodos de veto explícito e não realização. Este vem sendo um "modus operandi" na história recente das relações dos Parkatejê com os kupã - períodos de maior aproximação intercalados com outros de relativo distanciamento.

E neste jogo de equilíbrio - assim como as corridas com toras - que se desenvolve a dinâmica da sociedade parkatejê, onde os desafios presentes tendem a se tornar cada vez mais complexos e difíceis de se equacionar e lidar. Se esta dificuldade é crescente para os seus componentes, tende a ser ainda maior para a ótica de uma empresa (como a CVRD), acostumada a homogeneizar as suas relações para com a sociedade, sem perceber as distinções.

Se o acordo estabelecido entre as partes do Convênio foi de que as suas rubricas financeiras fossem "abertas" a partir de 1992 - já que os problemas dos modelos estanques tinham sido comprovados no decorrer da gestão administrativa anterior do Convênio (entre 1990 a 92) - torna-se difícil sustentar argumentos relativos a "despesas extra-convênio". Já havíamos chamado a atenção sobre este ponto no relatório anterior.

As categorias poder-se-iam adequar de modo menos arbitrário no interior do sistema classificatório de despesas relativas ao Convênio Parkatejê. Assim, por exemplo, deveriam ser computadas em "atividades produtivas" todas as despesas com aquisição de mercadorias, munição, combustível e manutenção de viaturas no período de colheitas das roças e realização de cerimoniais de longa duração, gastos que são efetivamente maiores. Assim, como já salientamos, nenhuma despesa poderia ser classificada como "extra-convênio", dada a própria abrangência deliberadamente estabelecida nos termos do convênio 0333/90. Talvez, para efeito de controle financeiro interno à CVRD, seja necessário promover um rearranjo das

categorias utilizadas - e não modificações no teor do Convênio.

Lamentavelmente, quanto à construção das casas - UM DOS ÍTENS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS PARA ESTE ANO - o fato consumado da apresentação das plantas (só em junho) impossibilitou a discussão qualificada que a questão mereceria, tal como tínhamos apontado já no relatório anterior. Os Parkatêjê pretendem construir OUTRA ALDEIA e talvez NÃO seja este o "padrão" a ser adotado. Os critérios para a elaboração dessas plantas parecem ter sido apenas croquis (encaminhados pela administração regional da FUNAI) de casas anteriormente construídas na aldeia (ELN e CVRD) que, no entanto, se mostraram inadequadas com o uso (materiais empregados, distribuição espacial, cobertura, etc.). É necessário um estudo pormenorizado relativo ao plano que têm os Parkatêjê para a nova aldeia inteira, de modo que essas construções não venham a consagrar novos equívocos.

A manutenção da infra-estrutura decadente e falida da FUNAI, através de recursos oriundos de convênios e projetos especiais, permanece sendo outro problema, inúmeras vezes apontado anteriormente (desde o Convênio de 1982). Independentemente de representar agora um volume pouco significativo de recursos, já não interessa à comunidade pagar diárias de funcionários públicos (do órgão tutelar) para que estes executem suas funções. De acordo com o Convênio, as obrigações da FUNAI dizem respeito ao cumprimento de suas funções estatutárias.

X Finalmente, resta observar mais uma vez que a dependência de recursos financeiros será proporcionalmente maior, de acordo com a sua própria disponibilidade. Neste sentido, quanto mais recursos, mais consumo e mais dependência. O simples atendimento a toda solicitação, muitas vezes sem um debate prévio e qualificado, poderá levar a equívocos cada vez maiores, assim como a apresentação de "soluções" retardadas como fatos consumados jamais permitirá a discussão que as questões merecem.

tal como
procede a CVRD,